

BAHIA: A CIDADE DO SALVADOR  
E SEU MERCADO NO SÉCULO XIX

(Comentário)

José Roberto do Amaral Lapa (\*)

SOLIDARIEDADE E MISÉRIA: PERFIL DO MERCADO BAIANO

Só a sedução com que aos poucos a Bahia vai-nos envolvendo é capaz de fazer com que aqueles que para nós — ou para os baianos — deveriam ser os “outros”, deixem de o ser, desatem suas latitudes de origem e amem, sintam, conheçam e nos ajudem a melhor conhecer a complexa e colorida realidade baiana, contada em prosa, verso e ciência.

De um francês (ou é belga?) como Pierre Verger a um argentino como Carybé, passando por uma grega como Kátia Mattoso, há uma extensa lista de intelectuais que, ancorando em Salvador, se identificaram com a terra e a gente, com a matéria e o espírito, com a luminosidade e as sombras, os mistérios e os fantasmas da Bahia. Quase perderam suas origens e se tornaram baianos.

Uma vez consolidada essa interação, eles se renovam e se vivificam em suas demonstrações de amor pela Bahia.

É com essa unção que Kátia Mattoso construiu seu último livro. Não passou despercebido também à sua prefaciadora Maria Yeda Linhares a desenvoltura com que a autora de “Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX”, com certeza por não pertencer a certos circuitos acadêmicos, conseguiu flexibilizar sagrados exclusivismos conceituais e oferecer-nos uma obra sólida pela amplitude e profundidade da pesquisa, pela meticulosidade no tratamento das fontes primárias e conhecimento bibliográfico, pela segurança teórica e pela sensibilidade e imaginação científicas.

E o faz, sem a afoiteza do carreirismo com que muitas vezes são assaltadas as novas gerações de historiadores, tanto aqueles esterilizados pelos exercícios teóricos, quanto os que insistem na toada de uma nota só, com que, tradicionais e modernos, se jogam à micromensuração de grandes movimentos ou organismos. Estes, geralmente mais do que

(\*) Do Instituto de História e Filosofia da Universidade Estadual de Campinas.



aqueles, costumam dar grandes voltas para chegar ao mesmo ponto de partida, que quase sempre não ultrapassa o nível do evento.

Ouvida e respeitada por ambas as gerações de historiadores, Kátia reconstitui o século XIX na Bahia num livro em que se equilibram o qualitativo e o quantitativo, pois é com cautela e segurança que avança em cada passo do conhecimento que produz, checando cada dado, ponderando cada variável, revendo cada categoria.

E o que nos revela da Bahia, que já julgávamos tanto conhecer?

Procura estudar as diferentes dimensões e níveis do complexo de relações econômicas comerciais que se desenvolvem no interior e em relação ao exterior da Bahia num período de 100 anos, sintonizando-as com as alterações nacionais ou internacionais — políticas, econômicas, sociais — que de qualquer maneira devem tê-las afetado.

Dessa maneira, conhecemos a *performance* da economia — e o que ela pode ter representado para a nação — de uma área e num período de implicações, algumas decisivas para a evolução nacional. É quando se acelera o processo de formação do Estado Nacional e a expansão mundial do sistema capitalista, exigindo de um país de economia dependente e subdesenvolvido respostas que nem sempre correspondem às expectativas nucleares daquele Sistema.

A história convencional mostra-nos um período de estabilidade econômica que vai de 1845 a 1860 (p. 347), o que a autora coloca em dúvida, mas por outro lado nos cria outras dúvidas diante da contradição que nos aponta à p. 372. Na Bahia, os curtos períodos de prosperidade não chegavam a desafogar a economia e permitir suficiente acumulação que desse lugar a um impulso de longa duração (p. 349). Assim é demonstrado nas análises conjunturais que procede (pp. 349 e segs.), sempre integradas e revelando os fatores econômico-sociais e políticos, demonstrando a crônica dependência econômica externa e interna.

Nessa linha, as informações que nos oferece sobre as manifestações industriais em Salvador no século XIX, são boas para a ignorância quase total que alimentamos a respeito do tema aqui no Sul (pp. 280-281).

O mercado de trabalho: formas de prestação de serviços, contratos, competição entre trabalho livre e escravo ou entre os próprios escravos (pp. 286 e segs.), relações sociais de trabalho e produção, formas de remuneração, poupança, alforrias, são elementos considerados na medida em que a documentação permite o seu estudo. Nesse sentido, podemos bem avaliar a sua permanente luta com a falta de dados, agudizada no processo de reconstituição e entendimento do comércio inter-provincial por exemplo (pp. 244 e 254), não obstante trazer-nos revelações de interesse sobre esses circuitos.

Quando no livro se alcança o nível quantitativo é mais para mostrar como no Brasil, dadas as dificuldades de acesso às informações ou à sua

própria inexistência, os resultados são ainda muito inexpressivos. A história qualitativa predominando em toda a linha serve para demonstrar-nos que a autora, dominando as técnicas de ambas, sabe onde pisa e como deve avançar, sem os arroubos dos que mais se alvoroçaram quando — com o costumeiro atraso — começaram a chegar até nós as técnicas e os resultados apurados em estudos de grandes centros históricos da Europa e dos Estados Unidos.

Nesse sentido, melhor demonstração da sua segurança não poderíamos ter do que as observações que faz sobre as séries de preços e salários que encontrou e estudou na última parte do livro.

Colocando o leitor preliminarmente em condições de entender e até mesmo interpretar a linguagem e/ou terminologia científica que vai usar ao descrever e conhecer uma realidade histórico-geográfico-social-econômica, aponta como as palavras incorporadas ao senso comum, apresentam no caso da Bahia traço de polissemia para o cientista, que sem dar acordo dela tece o seu discurso evadido de equívocos. Para tanto, a autora introduz o leitor, a partir da p. 10, em um glossário geográfico que já vai nos surpreendendo — ao cientista e ao leitor comum — a propósito de palavras, como por exemplo: Bahia, recôncavo, taboleiros, chapadas, quase invariavelmente deformadas inclusive pelos geomorfólogos e cuja evolução ao longo do tempo pode equivocar, como dissemos, completamente o historiador (p. 14).

Dessa maneira, a incursão introdutória que faz pela geografia física parece-nos inteiramente pertinente, para que possamos posteriormente caminhar com a autora, quando ela se aprofunda sobre os movimentos de agentes, grupos e camadas sociais só depois de conhecer o palco onde eles se agitam (p. 46).

Nesse capítulo, a preocupação com a linguagem científica não a torna áspera; pelo contrário, a geografia física da área que elegeram como objeto de estudo aparece-nos num texto agradável e facilmente inteligível, despolarizando a retórica deslumbrada ou a linguagem enxugada que indigestiona o leitor.

Com esses propósitos coloca-nos ao alcance toda uma soma de revelações que fatalmente nos levam a uma ampla revisão do conhecimento histórico sobre a Bahia, com alcance para a economia brasileira do período. Este é o caso do *massapé*, liricamente descrito por Gilberto Freyre como a terra ideal para a cana-de-açúcar e que aqui se demonstra, e bem, os problemas e dificuldades que oferece àquela lavoura, problemas esses que atravessam os séculos (pp. 44 e 50); a importância da mandioca como gênero de subsistência, ainda tão pouco estudada em nossa história econômica é devidamente realçada (p. 56), assim como a modernização agrícola que se dá na Bahia no século XIX (p. 50).

Sempre fugindo às rígidas esquematizações, mostra-se aberta e sensível à quebra dos modelos apriorísticos na permanente dialética que mantém

entre o abstrato e o concreto. Para se aprofundar no seu objeto de estudo, ao analisar a estratificação social — promovendo uma crítica historiográfica do conhecimento até agora acumulado — dá-nos bem uma demonstração de como se deve colocar a ciência a serviço do conhecimento da realidade.

Assim, quando desce ao detalhe não o faz por este, i.e., para realçar as evidências e minudências de uma totalidade, mas para mostrar sua importância no esclarecimento do conjunto. O ritmo de sua história, embora marcado pela captação despreconceituosa de tudo quanto possa auxiliar o conhecimento e compreensão, não é cadenciado exclusivamente pelo colorido que as vezes o detalhe dá ao quadro, mas pelos mecanismos mais profundos que aceleram ou freiam o processo.

Entretanto, como também não se perdeu na visão de longo alcance dos contornos, sem iluminar os interiores, consegue despojar o seu texto da insipidez que geralmente é a marca registrada de certas linhas de montagem do discurso moderno do cientista social brasileiro, a sua linguagem é repleta de expressões e imagens que dão colorido ao discurso, sem comprometer a ciência, como nesta passagem, na qual fala do mar e de seus homens:

“Deste mar, a embarcação é o corpo, as velas e os remos seus braços, os homens sua alma na velha tradição da humanidade” (p. 73).

Ao estudar a origem e formação dos segmentos intermediários da população (p. 109), cujos interesses na sua colocação se identificariam com a classe mercantil metropolitana, reduz as relações sociais de produção a um esquema simplista, pois são inúmeras as contradições, quando inclusive colidem os interesses dos mercadores coloniais com os metropolitanos. Exemplos claros dessas contradições foram aflorados, entre outros, por Carlos Guilherme Mota ao estudar as rebeliões, Nelson Werneck Sodré ao mostrar o jogo de negociações entre os grupos metropolitanos e coloniais, e em algumas vezes que apontamos os traficantes coloniais que dominavam a produção do tabaco, provocando reclamações dos reinóis metidos no mesmo tipo de negócio. Essas contradições e conflitos são explicitados nessas e em outras formas.

No dinamismo econômico portuário de Salvador a participação do comércio intercolonial não pode ser minimizada, como deixa transparecer no último parágrafo da p. 110.

Atribuir ao comércio a falta de industrialização de Salvador e a estas limitações do seu desenvolvimento e a conseqüente pobreza da população, como uma das explicações para o subdesenvolvimento em

que se arrasta a cidade é plausível; entretanto, o processo é mais complexo para a cidade que cresce, mas à custa do empobrecimento de sua população.

As tentativas de elaboração de uma história demográfica da cidade, portanto a sua quantificação, construída para compor os capítulos agrupados sob o título "O peso dos homens", mostram fartamente a precariedade dos dados com que teve de lutar a autora, levando realmente, em nossa maneira de entender, a pouco contribuir para a história qualitativa do período. Não queremos invalidar o seu esforço, mas reforçar a sua consciência das limitações nesse sentido, que a levam a levantar hipóteses e a partir delas elaborar tabelas e quadros, cuja interpretação tem assim seu alcance limitado (p. 140).

Ao estudar a segunda metade do século XIX mostra-nos com justeza o sistema de acumulação que vai aos poucos oferecendo novas brechas. Nesse sentido, verifica-se, por exemplo, a poupança "que permeia todas as categorias sociais, pois, mesmo as mais pobres, têm sua ação da Caixa Econômica ou sua apólice da dívida pública" (p. 163). Deve talvez, em se tratando das camadas mais pobres, referir-se mais aos pequenos depósitos que são feitos realmente, como supomos, na Caixa Econômica que permite um sistema de aforro e não tanto às ações daquela instituição, pois as compensações que elas deviam oferecer, bem como a sua própria aquisição, estavam fora do alcance dessas camadas da população. Assim, também, os problemas ligados à garantia e segurança individual e familiar das referidas camadas seriam supostamente melhor asseguradas através do pequeno depósito do que através do ato de adquirir ações.

Esse sistema de pequenas poupanças teve destacado papel na economia urbana e rural, particularmente do imigrante estrangeiro aqui no Sul, conforme nos chamou com pertinência a atenção Florestan Fernandes ("Imigração e relações raciais", *Revista Civilização Brasileira*, n.º 8, Rio de Janeiro, julho, 1966 e "Crescimento econômico e instabilidade política no Brasil", *idem, ibidem*, n.ºs 11-12, Rio de Janeiro, março, 1967), embora naturalmente signifique uma acumulação doméstica, geralmente obtida através de um sobretabalho, do qual se beneficiam em última instância as camadas que detêm o poder econômico e político. Em todo o caso, é uma questão a ser pesquisada e, para tanto, temos esperança de que os arquivos das Caixas Econômicas tenham sido bem conservados.

Ao refutar a tese da improvisação urbana portuguesa aqui na América (p. 95), demora-se mais em autores que realmente não trataram o assunto com a profundidade reclamada, quando podia melhor explorá-lo reportando-se inclusive àqueles que a defendem com uma abordagem de outro nível, como é o caso, por exemplo, de Sérgio Buarque de Holanda em "Raízes do Brasil".

Assim, também, poderia aprofundar a análise que procede dos "interesses" que envolvem o desenvolvimento de uma política urbana por

parte da metrópole, pois eles oferecem uma continuidade representada pelo processo de urbanização “promovida” pelo capitalismo dentro da teoria da dependência (p. 109).

Continuando este alinhavo de temas, para os quais invariavelmente pedimos mais trabalho ao autor, não podemos ainda deixar de apontar alguns de maior ou menor significação na problemática, para a qual se dirige a obra.

As questões que levanta sobre racismo, escravidão e miscigenação, envolvem uma pergunta altamente provocadora, embora impertinente, para o estudioso. A sociedade global escravista, vigente até 1888, constituiu um freio à ascensão social para as camadas escravizadas e livres, situadas nos segmentos inferiores da estrutura social ou, pelo contrário, chegou a ser até mais aberta, mais permissível que a sociedade livre que lhe sucede legalmente? Algumas interrogações polêmicas que a autora levanta à p. 149 parecem reduzir a questão racial a uma questão de classes. Aliás, essas considerações se casam com as que faz à p. 154, na nota de rodapé, quando vê tolerância e grande capacidade de assimilação na sociedade dos séculos XVII e XVIII, o que realmente nos desafia para maiores estudos.

Ainda no que diz respeito à estrutura da sociedade baiana, ao colocar no 4.º grupo os escravos junto com os mendigos e vagabundos, não nos parece ter adotado o melhor critério sociológico, embora coloque os mendigos e vagabundos na última escala desse grupo (p. 166). A não ser que visualize um lumpemproletariado nessa faixa, mas mesmo assim a categoria escravo aberraria a esse método.

A revelação de que havia escravos que eram donos de escravos (p. 165), se reveste para nós de uma excepcionalidade que reclama maior explicação, pois o mais comum a esperar-se seria o ex-escravo possuir escravos (p. 247).

Insistindo na expressão “indústria de construções” (p. 281) parece descurar, por um momento, do rigor conceitual que permeia sua obra.

Ao afirmar que o Celeiro Público funcionou em Salvador desde o final do século XIX (p. 258), a não ser que se refira a um tipo especial desses estabelecimentos, na verdade eles já aparecem no período colonial.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós — “Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX”, Ed. Hucitec e Departamento de Assuntos Culturais da Prefeitura Municipal de Salvador, 1978.